



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Criminal nº: 0023177-64.2008.8.17.001 (0313611-4)
Comarca: Recife
Juízo: 1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: Kleyton Mendes da Costa
Advogado: Marcos Antônio Cordeiro dos Santos
Procuradora de Justiça: Carlos Alberto Pereira Vítório
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: APELAÇÃO. PENAL. MINISTÉRIO PÚBLICO. TRÁFICO DE DROGAS. REFORMA DA SENTENÇA. MAJORANTE DOS MAUS ANTECEDENTES. AUMENTO DA PENA. RECURSO DESPROVIDO.

1. De acordo com a súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça: "É vedada à utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base".
2. Pena base no mínimo legal ante as circunstâncias judiciais favoráveis ao Réu.
3. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

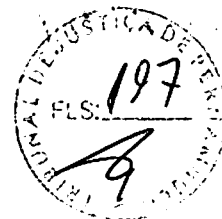
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal, em que são partes as acima mencionadas. Acordam os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, em desprover o presente recurso de apelação, conforme consta na ata de julgamento, relatório, voto e notas taquigráficas que passam a integrar o presente aresto.

Recife, 16 de dezembro de 2014

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Apelação Criminal nº: 0023177-64.2008.8.17.001 (0313611-4)
Comarca: Recife
Juízo: 1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: Kleyton Mendes da Costa
Advogado: Marcos Antônio Cordeiro dos Santos
Procuradora de Justiça: Carlos Alberto Pereira Vitória
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo Ministério Público contra a sentença de fls. 149/158, que o condenou como incurso na pena do art. 33, da Lei nº 11.343/2006, impondo-lhe penas definitivas de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato, com regime inicialmente fechado.

Nas razões recursais, às fls. 166/170, requer o Apelante a reforma da sentença para ser aplicada a majorante dos maus antecedentes, com a consequente alteração do quantum da pena.

Contrarrazões do Ministério Público, às fls. 172/175, requerendo o desprovimento do recurso.

Procuradoria de Justiça, mediante parecer, às fls. 192/195, da lavra do Dr. Carlos Alberto Pereira Vitória, opina, pelo desprovimento do apelo.

Eis o importante a relatar.

À douta revisão.

Recife,

Des. Fausto Campos

Relator

19 de Maio de 2014.
[Assinatura]



205

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Criminal nº: 0023177-64.2008.8.17.001 (0313611-4)
Comarca: Recife
Juízo: 1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: Kleyton Mendes da Costa
Advogado: Marcos Antônio Cordeiro dos Santos
Procuradora de Justiça: Carlos Alberto Pereira Vitorio
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

VOTO

Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade e processamento e, ausentes preliminares, arguidas ou apreciáveis de ofício, passo ao exame de mérito.

Primeiramente, deixo de analisar a materialidade e autoria do crime, haja vista que não foram objetos de Impugnação do presente recurso. Entretanto, analiso a dosimetria da pena por ora contestada.

O argumento esposado pelo Apelante não merece acolhimento.

Na dosimetria da pena, ao ser analisado as circunstâncias judiciais do art. 59, do CP, o juiz valorou como favorável ao réu os antecedentes criminais. Sendo assim, o Ministério Público requer a reforma da sentença por considerar os maus antecedentes do Réu como negativo, ante as informações dos assentamentos carcerários de fls. 87/88 dos autos.

Analisando os assentamentos carcerários de fls. 87/88 dos autos, verifico que não existe nenhuma sentença transitada em julgado em desfavor do Réu, razão pela qual a circunstância judicial dos bons antecedentes deve permanecer imaculado.

Ademais, defende-se que somente revela ser possuidor de antecedentes criminais o agente que possui contra si sentença penal condenatória transitada em julgado. Trata-se da aplicação fiel do princípio constitucional da presunção de inocência ou da não-culpabilidade, art. 5º, LVII, da CF.

Nesse sentido, é sedimentando pelos Tribunais Superiores, de acordo com a Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça que: "É vedada à utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Assim, não há embasamento legal que possa aumentar a pena imposta aplicada ao Apelado, por não restar comprovada nos autos que há antecedentes criminais com trânsito em julgado que justifique tal medida.

Por tudo exposto, voto pelo desprovimento do apelo, para manter a pena imposta em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

Des. Fausto Campos
Relator

16 de junho de 2014



206

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL: 0023177-64.2008.17.0001 (0313611-4)

COMARCA DE ORIGEM: 1ª VARA CRIMINAL DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA COMARCA DO RECIFE/PE.

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: KLEYTON MENDES DA COSTA

PROC. DE JUSTIÇA: DR. CARLOS ALBERTO PEREIRA VITÓRIO

RELATOR: DES. FAUSTO CAMPOS

REVISOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de apelação criminal **interposta pelo Ministério Público** contra a sentença de fls. 149/158 que condenou o apelante às penas de **05 (cinco) anos de reclusão**, a ser cumprido inicialmente em regime fechado, e ao pagamento de **500 (quinhentos) dias-multa**, pelo crime explicitado no dispositivo do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06.

Nas razões de fls. 166/170, o *Parquet* pugna pela reforma da sentença, requerendo a aplicação dos antecedentes criminais do art. 59 do CP em desfavor do apelado, com a consequente alteração do *quantum* da pena.

A defesa ofereceu as contrarrazões recursais de fls. 172/175, pugnando pela manutenção da sentença prolatada pelo juízo *a quo* por estar devidamente fundamentada.

A Procuradoria de Justiça, às fls. 192/195, opinou pelo desprovimento do recurso interposto.

É o relatório.

Inicialmente, verifico pelo acervo probatório acostado aos autos que a prova da materialidade e de autoria restaram suficientemente configuradas para imputar a responsabilidade ao recorrido.

No que tange a dosimetria da pena, entendo que a Sentença do MM Magistrado *a quo* não merece reparos.

Ao analisar as circunstâncias judiciais, o magistrado utilizou os elementos valorativos do art. 59 do CP, considerando ser o réu possuidor de bons antecedentes. Por tal fato, o Ministério Público



207

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

apelou, alegando que o réu possui maus antecedentes ao considerar as informações contidas no assentamento carcerário juntado às fls. 87/88.

Ocorre que, analisando os assentamentos carcerários juntados aos autos, verifica-se que não há sentença transitada em julgado contra o réu, o que impossibilita ao Magistrado considerar como maus antecedentes tais registros processuais.

Neste sentido, dispõe a Súmula 444 do STJ afirmando que "É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base".

Ademais, o referido entendimento encontra-se em conformidade com o princípio da presunção de inocência ou não culpabilidade, estampado no art. 5º, LVII, da CF.

Diante do exposto, entendo que agiu corretamente o Juízo *a quo* quando considerou ser o réu detentor de bons antecedentes, aplicando a pena base no mínimo legal ao considerar as demais circunstâncias judiciais do art. 59, de modo que a sentença recorrida não merece quaisquer reparos no que tange à análise dos antecedentes criminais, objeto do apelo.

Assim sendo, filiando-me ao entendimento da Douta Procuradoria de Justiça, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, para que seja mantida integralmente a sentença proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Comarca do Recife/PE, em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator

